

Luiz Flávio de Carvalho Costa – Georges Flexor – Raimundo Santos

*Organizadores*

Beatriz Maria Heredia – Eli Napoleão de Lima – Georges Flexor

John Cunha Comerford – John Wilkinson – Jorge O. Romano

Leonilde S. de Medeiros – Luiz Flávio de Carvalho Costa – Maria José Carneiro

Gian Mario Giuliani – Moacir Palmeira – Nelson Giordano Delgado – Peter H. May

Raimundo Santos – Regina Bruno – Ricardo José de Azevedo Marinho

Roberto José Moreira – Rosângela Cintrão – Sérgio Leite

# MUNDO RURAL BRASILEIRO

## ensaios interdisciplinares

 *Mauad X*  
UFRJ

Copyright © by Luiz Flávio de Carvalho Costa, Georges Flexor,  
Raimundo Santos (orgs.) et alii, 2008

Direitos desta edição reservados à  
MAUAD Editora Ltda.

Rua Joaquim Silva, 98, 5º andar  
Lapa — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20241-110  
Tel.: (21) 3479.7422 — Fax: (21) 3479.7400  
[www.mauad.com.br](http://www.mauad.com.br)

em co-edição  
com a Editora da Universidade Rural (EDUR)  
Rodovia BR 465, km 07. Sala 102 P1  
CEP: 23890-000 – Seropédica – RJ  
Tel.: (21) 2682-1210 - R.: 3274  
[edur@ufrj.br](mailto:edur@ufrj.br)  
[www.editora.ufrj.br](http://www.editora.ufrj.br)

*Projeto Gráfico:*  
Núcleo de Arte/Mauad Editora

*Ilustração da 4ª Capa:*  
Eduardo Ferrão

*Colaboração:*  
Pedro Caminha, Carla Verônica do Nascimento,  
Regina Cohen, Guilherme Moita e Teresa Pacielo

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M928

Mundo rural brasileiro : ensaios interdisciplinares / Luiz Flávio de Carvalho  
Costa, Georges Flexor, Raimundo Santos (organizadores). - Rio de Janeiro :  
Mauad X ; Seropédica, RJ : EDUR, 2008.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7478-250-8

1. Sociologia rural - Brasil. 2. Desenvolvimento rural - Brasil. 3. Vida  
rural - Brasil. I. Costa, Luiz Flávio de Carvalho, 1949-. II. Flexor, Georges.  
III. Santos, Raimundo

08-0276.

CDD: 307.72

CDU: 316.334.55

## Sumário

Uma visão multidisciplinar do rural — 7

*Luiz Flávio de Carvalho Costa, Georges Flexor e Raimundo Santos*

### ESTUDOS DE CULTURA E MUNDO RURAL

Literatura como fonte da história – Euclides da Cunha e a Amazônia — 11

*Eli Napoleão de Lima*

Dois estilos de interpelação camponesa — 43

*Raimundo Santos*

### INSTITUIÇÕES, MERCADOS E REGULAÇÃO

A globalização do varejo e seus impactos no Brasil: o caso do Wal-Mart — 63

*Georges Flexor*

A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade  
do sistema agroalimentar no Brasil e na América Latina — 81

*John Wilkinson*

Certificação florestal no Brasil: valorização comercial e ambiental — 99

*Peter H. May*

### MOVIMENTOS SOCIAIS

A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil — 119

*Luiz Flávio de Carvalho Costa*

e *Ricardo José de Azevedo Marinho*

Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil — 149

*Beatriz Maria Heredia, Leonilde S. de Medeiros,*

*Moacir Palmeira, Rosângela Cintrão e Sérgio Leite*

As reuniões em um assentamento rural como rituais — 181

*John Cunha Comerford*

## Em que consiste o familiar da agricultura familiar?<sup>1</sup>

Maria José Carneiro\*

O debate sobre a agricultura familiar no Brasil nos chama a atenção para, ao menos, dois problemas que necessitam maiores investimentos dos estudiosos do assunto. Um deles diz respeito à dificuldade de se articularem o modelo construído como definidor da agricultura familiar e a realidade da qual se está tratando. Aqui encontramos duas alternativas. Não é raro que se atribua a essa construção abstrata o status de realidade ou, no caminho inverso, que se tome uma determinada realidade, normalmente aquela que se está estudando, como modelo ou expressão do que se entende por agricultura familiar. Ambas abordagens acabam dificultando ainda mais a já complicada tarefa de se trabalhar comparativamente e dar conta da heterogeneidade das formas através das quais a agricultura familiar se expressa no país.

Sobre esta questão é válido lembrar Weber quando este nos ensina que os modelos classificatórios, ou as tipologias, não se referem à realidade empírica imediata, mas que nem por isso deixam de ser construídos em conformidade com esta realidade, encontrando nas relações sociais a matéria prima para essas construções abstratas. Nestes termos, o modelo não pode jamais ser reduzido a um conjunto de relações sociais observáveis em uma realidade dada (Lévi-Strauss, 1970). É necessário buscar, portanto, o significado dos fatos e das relações sociais (de trabalho, por exemplo) no contexto em que se expressam e na sua relação com a totalidade que os envolve, já que, em se tratando de sistemas, cada parte não pode ser entendida isoladamente da outra.

A abordagem e a interpretação da realidade pressupõem, portanto, a escolha de uma estruturação teórica que irá definir os princípios de articulação entre os componentes do sistema, ou seja, a maneira como abordaremos um tal grupo, uma dada sociedade. Não há uma estruturação mais *verdadeira* que outra, trata-se de alternativas que irão orientar nosso olhar de maneira a enfatizar, ou a menosprezar, determinados aspectos da realidade. As classificações e as definições que as seguem são frutos, portanto,

---

\* Antropóloga e professora associada do CPDA/UFRRJ.

de um determinado olhar e, como tal, são expressão de determinados interesses sobre o social, já que informam, normalmente, práticas políticas ou propostas de intervenção. Aceitar a relatividade ideológica de uma classificação tipológica ou de um modelo (entendido aqui também como conceito) não significa, porém, abolir o rigor teórico-metodológico, mas, sim, atentar para os limites do conhecimento sobre a realidade.

Esta chamada teórica é importante quando estamos tratando das mudanças ou transformações em curso no meio rural e, especificamente, das que dizem respeito à atividade não-agrícola e sua relação com a agricultura familiar. Em relação a esse tema, a maior ou menor flexibilidade do modelo de agricultura familiar está associada também à noção de pluriatividade. Podemos perguntar, por exemplo, até que ponto o exercício da atividade extra-agrícola, por si só, seria suficiente para qualificar o fenômeno da pluriatividade entendido como expressão da secundarização da atividade, se, historicamente, esta é uma prática recorrente em várias regiões do país? Mas voltaremos a este assunto mais tarde.

O segundo problema que identifiquei diz respeito à unidade de análise quando nos referimos à agricultura familiar. Como essa noção se refere de imediato a um setor da economia, a agricultura, é comum que as análises se voltem para a dinâmica de produção, ou seja, que se detenham nos fatores reconhecidos como da esfera do econômico e que interferem de maneira mais visível na produção, tais como a mão-de-obra utilizada, a área plantada, a relação com o mercado e a ação da tecnologia sobre esse conjunto de fatores. É interessante observar que, nessas análises, o adjetivo “familiar” só é acionado para caracterizar a equipe de trabalho. O caráter familiar da chamada “agricultura familiar” se reduz, assim, ao “trabalho familiar”, em oposição ao que é entendido como “não familiar”, ou seja, o trabalho assalariado.

A discussão então passa para a quantificação máxima possível de trabalho assalariado, dentro da unidade de produção agrícola, de maneira a não descaracterizá-la como “familiar”. Nestes termos, uma questão qualitativa, de caráter conceitual, passa a ser tratada como uma questão quantitativa. Aqui caberiam várias perguntas a que uma abordagem meramente quantitativa não apresenta respostas satisfatórias. Por exemplo: uma exploração agrícola que utiliza mão-de-obra contratada, assalariada, apenas nos períodos de colheita pode ser considerada uma unidade de produção familiar? Ou, de outro lado, uma exploração agrícola em que alguns dos membros da família recorrem ao trabalho assalariado e com esse rendimento (às vezes melhor remunerado que o trabalho agrícola) contratam mão de obra extrafamiliar para realizar o trabalho que eles próprios não estão realizando perderia o seu caráter familiar? Uma unidade de produção sustentada na atividade do casal cujos filhos exerçam atividade extra-agrícola,<sup>2</sup> assalariada ou não, seria considerada uma exploração pluriativa ou só seriam pluriativas as unidades em que o chefe da unidade de produção exerça, ele próprio, atividade fora da exploração agrícola? Bem, poderíamos continuar enumerando uma série de ques-

tões que não seriam satisfatoriamente respondidas da perspectiva unicamente quantitativa, ou seja, em termos de horas de trabalho dedicadas fora da unidade de produção familiar ou em termos de número de braços extrafamiliar contratados.

Primeiramente, é necessário definirmos a nossa unidade de análise quando o objeto de estudo é a dinâmica da agricultura familiar, para, então, centrarmos na discussão da questão correlata, ou seja, do caráter familiar da agricultura familiar.

### A família como universo de observação

O pressuposto aqui é o de que o núcleo familiar é o que dá sentido de orientação (e de referência) às relações sociais travadas pelos membros de uma família de agricultores, dentro ou fora dos limites físicos da unidade produtiva e da unidade doméstica. Em outras palavras, é no fato de encontrarmos uma família que responde tanto pela organização técnica da produção quanto pela execução das atividades e, sobretudo, pelo destino a ser dado aos seus resultados, que reside a especificidade da exploração familiar, seja ela agrícola ou não. Aqui não nos interessa, em termos conceituais, entrarmos na querela infundável sobre o caráter capitalista ou não-capitalista da unidade de produção familiar. Isso, basicamente por dois motivos: primeiro, porque entendemos, e temos vários exemplos históricos e atuais disso, que uma empresa capitalista pode se enquadrar perfeitamente nos padrões da organização familiar, seja qual for a sua definição, sem que por isso abandone sua racionalidade capitalista; em segundo lugar, mas não menos importante, temos de considerar o aspecto extremamente restritivo e limitante para a compreensão da dinâmica de qualquer unidade de produção, da perspectiva dualista centrada na oposição capitalista *versus* não-capitalista. Sem querer me aprofundar nesse debate<sup>3</sup>, gostaria apenas de criticar o caráter generalizador e homogeneizador dessa abordagem, que acaba por incluir em apenas dois rótulos, que de tão amplos se tornam imprecisos, uma diversidade enorme de formas de unidade de produção cujas lógicas reprodutivas não seriam satisfatoriamente identificadas e explicadas simplesmente por essa classificação.

Voltando à questão da definição da unidade de análise ao tratarmos da agricultura familiar, gostaria de ressaltar que o recorte, a meu ver, deve privilegiar a família, entendida aqui como uma unidade que sustenta uma rede de relações sociais diversificadas que não podem ser reduzidas às relações de trabalho. Aqui, encontro na bibliografia uma das maiores dificuldades de compreensão da dinâmica de reprodução (social e econômica) da chamada agricultura familiar. Geralmente, as análises se restringem aos componentes econômicos dessas relações e acabam por igualar a exploração familiar a qualquer outra: a sua dinâmica é apreendida sob a ótica do mercado – maior ou menor integração ao mercado – e sua especificidade fica reduzida ao emprego da mão-de-obra familiar (e, conseqüentemente, à não remuneração do trabalho) e ao tamanho limitado

da sua capacidade produtiva, o que se expressa na utilização do adjetivo “pequeno”, muitas vezes associado à expressão “agricultura familiar”, entendido também, não raro, como sinônimo de “não-capitalista”.

Como dissemos acima, a família agrícola integra uma variedade de relações sociais que, geralmente, não são levadas em conta nas análises. Nestes termos, cabe chamar a atenção para a especificidade estruturante da unidade de produção familiar. Trata-se da inter-relação entre os domínios do parentesco e os do trabalho. É desta inter-relação que resultam os princípios que orientam as relações sociais e que, ao serem identificados, permitem apreender a lógica de atuação dos indivíduos, seja na unidade familiar ou na de produção. Aqui, é importante enfatizar que o significado da dinâmica das relações familiares não pode ser buscado de maneira isolada, seja no sistema de parentesco, seja na racionalidade econômica ou na divisão do trabalho.

A dificuldade de se separarem, em termos analíticos, os princípios que orientam as relações de trabalho e os laços de afetividade ou de solidariedade que conformam as unidades familiares já foi assinalada por diversos autores.<sup>4</sup> A tendência a se reduzirem as relações de trabalho aos laços de parentesco é bastante comum nas análises que privilegiam a unidade de produção como foco de observação e de compreensão, o que resulta, normalmente, na busca da funcionalidade econômica dos laços de parentesco, como se um sistema de relações pudesse ser reduzido à lógica do outro. É bom lembrar que limitar todos os demais princípios e regras que orientam a prática social à racionalidade econômica resulta na redução da capacidade de captar as múltiplas racionalidades coexistentes no interior do universo familiar (Neves, 1993). Na intenção de evitar esse reducionismo, cabe ao pesquisador elaborar a distinção analítica entre essas duas esferas do social (a do econômico e a do parentesco) e buscar, simultaneamente, a lógica que os une no interior do grupo doméstico, sem diluir as diferenças entre o que é de um e de outro.

É importante, além disso, lembrar que a noção de família também inclui um processo de individuação que pode negar, romper, modificar e, até mesmo, recriar valores num espaço de negociação e de tensões. É importante, portanto, que o núcleo familiar não seja percebido como uma estrutura rígida e cristalizada – de indivíduos e valores – sob a orientação autoritária e inquestionável de um chefe. A família apresenta uma estrutura flexível, plástica, passível de incorporar novos valores e criar novas percepções e práticas. Em suma, aceitar esta noção de família e reconhecer a idéia de dinâmica são aspectos fundamentais para se evitar o risco de estabelecermos classificações rígidas, de base morfológica, que perdem justamente a capacidade de entender a inserção das unidades familiares na economia e na sociedade, captando a sua flexibilidade e vulnerabilidade. Para tanto, essa dinâmica não pode ser compreendida como determinada, exclusivamente, por um conjunto de condições externas à unidade familiar, sejam essas de ordem econômica, cultural, social ou política

Cabe também registrar que a unidade familiar não se limita ao grupo de pessoas formado por laços de aliança ou de consanguinidade; ela deve ser percebida também como um valor (próximo a um “sentimento de identidade”) que integra seus membros, dando sentido às suas relações e informando as estratégias coletivas e individuais. Portanto, para entendermos a dinâmica de reprodução da agricultura familiar, é fundamental que se direcione o olhar também para os indivíduos e os valores que orientam as suas ações e projetos dentro e fora da família. Do mesmo modo, é imprescindível identificar e reconhecer os princípios de coesão e de dispersão (de conflito e de tensão) que atuam no interior do grupo familiar. Nestes termos, falar de estratégias familiares não significa reconhecer nem uma função preexistente às relações sociais, nem a existência de um padrão de comportamento coletivo que se sobreporia, de forma harmoniosa, aos indivíduos, a fim de salvaguardar os interesses do grupo.

Enfim, a escolha da família como universo de observação nos permite reconhecer as relações de força entre os agentes sociais situados diferentemente na esfera do parentesco (se filho/a, esposa ou marido) e da produção. Em um contexto de mudança, será possível, por exemplo, identificar a influência dos valores familiares sobre o comportamento dos indivíduos em suas práticas econômicas dentro e fora da família. Por outro lado, a análise microssociológica da família nos permitirá esclarecer a multiplicidade de papéis exercidos por seus membros e as tensões resultantes de seus objetivos opostos.

### O caráter familiar da agricultura familiar

Como argumentamos até aqui, é necessário levar em conta a dinâmica interna da unidade familiar para apreendermos o espaço de autonomia dessa unidade na formulação das estratégias reprodutivas e na articulação com as condições externas. No entanto, é importante enfatizar que a idéia de autonomia não implica a formulação consciente das estratégias a serem implementadas pelo grupo familiar, nem a independência em relação às condições internas. Mas, diferentemente do trabalhador assalariado, a unidade familiar de produção, por ser sustentada pela íntima relação entre trabalho e parentesco, apresenta maior margem de negociação interna na elaboração de caminhos alternativos de reprodução social. É nessa qualidade que reconhecemos o caráter familiar desta forma de organização social da agricultura e é nesse contexto que o recurso a práticas pluriativas deve ser compreendido.

A unidade familiar, entendida como entidade plástica e mutante, tem a capacidade de elaborar estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais. No entanto, cabe enfatizar que esses rearranjos que, não raro, dialogam com a tradição – rejeitando-a ou revalorizando-a – não se limitam ao plano das relações observáveis empiricamente, como também, repito, não são frutos de uma deliberação individual ou

necessariamente consciente. Novos valores podem ser formulados ou antigos valores serem resgatados (como a revalorização da vida rural e da natureza ou como a noção de liberdade associada ao trabalho por conta própria, por exemplo) na busca de respostas a crises familiares. Em outras palavras, fatores de ordem cultural, e até mesmo subjetiva, interferem diretamente na trajetória econômica dessas unidades produtivas. É nesse sentido que indicamos a relevância de se privilegiar a unidade familiar como universo de análise, em detrimento da unidade de produção. Nesses termos, o caráter familiar da exploração familiar não residiria apenas no tipo de relações de trabalho acionadas na produção (e no seu peso quantitativo), mas na integração desse fator com um conjunto de variáveis (não quantificáveis) de ordem cultural e social que tornam uma dada unidade produtiva específica.

Em síntese, enfatizamos que a análise das unidades familiares de produção agrícola deve contemplar dois aspectos: de um lado as relações entre os indivíduos e, de outro, os valores que dão sentido a essas relações, já que, como toda relação social, as relações familiares (seja na esfera do parentesco, seja na da produção) incluem uma parte ideal, de pensamento ou de representação, que informa as atitudes e comportamentos (Godelier, 1984; Moreira, 1997).

Portanto, para a compreensão da dinâmica de reprodução das unidades familiares, sejam elas exclusivamente agrícolas ou não, torna-se necessário levar em conta a diversidade de interesses em jogo decorrente das diferentes posições ocupadas por seus membros na hierarquia familiar (filhos, esposa, pai) e da atribuição de gênero, nas diferentes esferas das relações sociais. Por exemplo, o significado da atividade extra-agrícola exercida por algum membro da família muda substancialmente se este for um jovem ou se for o próprio chefe da exploração agrícola. Essa questão fica bem mais evidente quando lidamos com as práticas de transmissão do patrimônio familiar.

Geralmente responsável pela manutenção e ampliação (quando possível) da propriedade familiar, o pai fica também responsável pela elaboração de estratégias de transmissão da herança que afetam diretamente as trajetórias individuais, na medida em que lhe é permitido, através de regras costumeiras, excluir e privilegiar herdeiros. Como parte da ordem simbólica, a terra tem significados que transcendem o seu valor econômico, e sua transmissão de uma geração a outra reflete a hierarquia familiar e consolida relações desiguais entre os indivíduos, particularmente as posições diferenciadas entre os gêneros.

Apesar da igualdade estabelecida pela Constituição brasileira no que se refere ao direito à herança do patrimônio familiar pelos filhos, as regras culturais (os códigos costumeiros) modificam a lei de acordo com os "interesses" de um ator coletivo – a família. Essa prática é comum entre agricultores que têm suas estratégias reprodutivas centradas na manutenção da integridade do patrimônio. Esse fenômeno, observado entre agricultores de origem colonial italiana, no sul do país, não é exclusivo do Brasil, ao

contrário, a literatura especializada é extensa e analisa a situação de diversos países ou de regiões dentro dos países, sobretudo os da Europa.<sup>5</sup>

Nesses termos, a especificidade atribuídas às explorações agrícolas pelo seu caráter familiar exige que se levem em consideração fatores e variáveis que não se restringem ao funcionamento econômico das mesmas. Para entendermos as estratégias traçadas pelas famílias para garantirem sua reprodução social, é importante que se compreendam, por exemplo, as regras de transmissão do patrimônio familiar, em particular da terra, as estratégias matrimoniais e as posições diferenciadas dos seus membros na estrutura familiar e na sociedade. Se levarmos em conta, por exemplo, que, além dos bens materiais, outros tipos de bens, simbólicos, são transmitidos de uma geração a outra, iremos observar o papel-chave desempenhado pela mulher na dinâmica dessas famílias, não apenas como elemento da produção, do trabalho, mas como elemento da reprodução: como guardiãs e transmissoras privilegiadas de valores.

A passagem dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração a outra é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições específicas de cada família, ou seja, com os instrumentos de negociação ou de compensação disponíveis de maneira a encontrar a melhor solução dentro de um determinado contexto socioeconômico. Muitas vezes complementadas por alianças matrimoniais, a herança e a sucessão do chefe da unidade de produção agrícola constituem momentos críticos da reprodução social de famílias camponesas.

Sustentadas pelo "valor família", essas regras recebem a legitimidade (com maior ou menor conflito) dos envolvidos na transação. Podemos adiantar que, no contexto da agricultura familiar, no qual a mulher está inserida em uma estrutura familiar que integra ao mesmo tempo as relações de parentesco e as de produção, o trabalho da mulher é geralmente qualificado como uma "ajuda", ou seja, não é visto como "trabalho". Isto porque o trabalho feminino, em um contexto dominado pela ideologia patriarcal, encontra-se subordinado às regras do contrato conjugal e, portanto, é entendido como parte do sistema de obrigações recíprocas que se estabelece entre os cônjuges, o que impede ou dificulta a formalização jurídica de um contrato de trabalho (Lagrove e Caniun, 1987). Quando casada, a mulher passa a dever várias obrigações ao marido – entre elas, participar dos trabalhos da lavoura. Entendemos, então, por que na legislação em vigor anterior à Constituição de 1988 o poder de gestão da unidade produtiva não podia ser atribuído à esposa: isto seria contrário ao direito matrimonial que instituía o marido como chefe de família e responsável exclusivo pelos bens comuns e pela manutenção familiar.<sup>6</sup>

Com a nova Constituição (1988), os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal passam a ser exercidos igualmente pelo homem e pela mulher, sendo mesmo reconhecida como entidade familiar a união estável, ou seja, não formalizada, entre o homem e a mulher. Além disso, a mulher passa a ter direito ao título de domínio e à concessão de uso da terra, independentemente de seu estado civil, tanto na área urbana

quanto na rural (Cfemea, 1994). No entanto, resta saber até que ponto a força dessas leis se impõe às práticas derivadas da tradição cultural, sustentada, por sua vez, por formas de organização social e econômica que lhe são contrárias.

Nesta direção, é possível afirmar que o acesso da mulher à terra, seja por herança, seja pelo processo de reforma agrária, depende tanto da posição específica da mulher no processo produtivo quanto dos valores que sustentam essa posição. Se os direitos legais são pressupostos da igualdade de condições entre os gêneros, eles não são, em si, suficientes. Pesquisas da FAO e de especialistas no assunto têm revelado que o acesso limitado à terra continua sendo um dos principais obstáculos à participação integral da mulher no desenvolvimento rural e, conseqüentemente, na melhoria das condições de vida, não só da mulher, como das crianças.<sup>7</sup> Essa situação tem reflexos diretos nos programas de reforma agrária em que não há mecanismos explícitos de inclusão da mulher. Isso se revela no baixo índice de mulher titular de lote em assentamentos no Brasil, onde a concessão conjunta de terra ao casal é uma mera opção: apenas 12,6% são beneficiárias diretas, segundo o Primeiro Censo de Reforma Agrária. Essa realidade contrasta radicalmente com a de outros países latino-americanos, como o Chile (43%) e o Equador (49%), por exemplo, onde há dispositivos legais que favorecem a mulher ou dão prioridade à titulação conjunta de casais, como revela a pesquisa realizada por Carmen Diana Dcerre e Magdalena León.<sup>8</sup>

### Agricultura familiar e atividades não-agrícolas

Eleger a unidade familiar, ou o grupo doméstico, como unidade de observação, levando em conta esse conjunto de fatores que identificamos como o caráter familiar da agricultura familiar, revela-se um procedimento fundamental para a compreensão das transformações recentes no campo brasileiro, particularmente a mudança dos padrões de comportamento no interior da família agrícola e sua relação com o aumento das atividades não-agrícolas.

Pesquisas recentes realizadas no sul do país têm revelado um dado, até então, pouco conhecido da realidade rural brasileira e pouco analisado: a masculinização e envelhecimento da população rural.<sup>9</sup> Centrada no estudo dos padrões sucessórios dominantes na região oeste de Santa Catarina, a pesquisa estabelece uma relação entre a intensidade do êxodo juvenil feminino e a alocação do poder no interior da família. A exclusão da mulher dos mecanismos de distribuição e transmissão da herança, associada à ausência de espaços de participação feminina em atividades econômicas e à situação de subordinação da mulher na hierarquia familiar, tem levado as moças a buscarem alternativas de emprego fora da propriedade familiar e da localidade de origem. Essa observação vem na mesma direção do fenômeno constatado na França entre agricultores da região dos Alpes.<sup>10</sup>

Ainda que os progressos da sociedade francesa quanto à igualdade na relação entre os gêneros sejam bem mais evidentes do que no Brasil, no que diz respeito à sociedade camponesa observamos uma realidade semelhante à encontrada pela pesquisa coordenada por Ricardo Abramovay. A individualização da força de trabalho no meio rural possibilitou às mulheres se reconhecerem enquanto indivíduos e se distinguem do conjunto da família. Mas esse processo não levou à autonomia econômica da mulher e nem mesmo ao seu reconhecimento como trabalhadora no interior da unidade familiar. Os papéis desempenhados pela mulher permanecem fundamentalmente definidos a partir de sua posição como esposa. Mesmo que ela exerça uma atividade produtiva específica que resulte em rendimentos próprios, estes não são apropriados individualmente por ela, e sim incorporados ao conjunto da renda familiar. Na organização familiar em que há uma íntima relação entre unidade doméstica e unidade de produção, cabe ao homem, na posição de chefe e mantenedor da família e da unidade produtiva, controlar os recursos familiares; em muitos casos, a renda da mulher passa a ser controlada também pelo marido, ainda que indiretamente. Isso porque o direito conjugal permanece predominando sobre as relações de trabalho, tornando-se um obstáculo à construção da identidade profissional feminina dentro da unidade de exploração familiar.

A resistência das mulheres em se submeterem à relação de dependência ao marido e o ritmo de trabalho da lavoura são, sem dúvida, causas do celibato masculino entre os agricultores franceses, sobretudo aqueles que investiram no modelo de produtivista com base na mão-de-obra familiar. As exigências de alta produtividade, associadas ao número reduzido de trabalhadores (normalmente limitado ao casal) e à situação de subordinação da mulher, têm sido responsáveis pela forte resistência das mulheres em se casarem com agricultores.<sup>11</sup> Para evitar o celibato, os jovens sucessores tentam modificar o padrão de produção de suas propriedades, de maneira a diminuir o ritmo de trabalho, e, assim, liberarem a mulher do trabalho gratuito na lavoura, abrindo espaço a atividades remuneradas próprias à mulher no interior da propriedade. Encontramos aqui a tendência ao recurso à pluriatividade ou ao exercício de atividades não-agrícolas, o que tem sido estimulado por projetos de desenvolvimento local e de apoio à agricultura pelo governo francês.

Voltando à realidade brasileira, aqui também tem sido observado um êxodo rural feminino, maior do que o masculino, muitas vezes estimulado até pelos pais, o que, contraditoriamente, contribui para o agravamento das condições de continuidade da agricultura familiar, já que os rapazes começam a encontrar dificuldades em construir o seu próprio núcleo familiar. Justamente por não ser considerada socialmente apta para desenvolver a atividade agrícola, a mulher é, em várias regiões do país, excluída ou menosprezada no processo de transmissão da propriedade. Assim, somando este fator à situação descrita anteriormente – de subordinação da mulher na estrutura familiar e na sociedade local, de não reconhecimento e valorização de sua contribuição na

esfera produtiva e reprodutiva, de ausência de alternativas –, a permanência da mulher na atividade agrícola passa a receber forte resistência.

Uma constatação importante aponta para os efeitos do processo de individualização no interior da família camponesa. O salário como forma de remuneração do trabalho fora da agricultura acaba por se tornar um elemento de ruptura da identidade entre família e unidade de produção. Ao se tornar uma referência também no universo doméstico, a remuneração individualizada do trabalho acaba por minar os princípios fundados, até então, no parentesco e sustentados na reciprocidade e na dívida moral. Primeiramente, os filhos, e principalmente as filhas, não se sentem mais estimulados a permanecer trabalhando com e para a família, na medida em que a renda obtida pela unidade de produção camponesa é indivisa, ou seja, não se remunera individualmente a mão-de-obra familiar; por outro lado, a renda agrícola não seria suficiente para pagar um salário individual equivalente ao do mercado de trabalho.

Entende-se, assim, por que, apesar do forte conteúdo patriarcal da família camponesa, a agricultura não é mais vista pelos jovens como uma mera continuação da atividade paterna (Abramovay, 1998). Ou seja, ser agricultor não mais é uma decorrência imediata dos laços de afiliação. Não se é agricultor apenas porque se nasce filho de agricultor, mas, cada vez mais, por opção (ou por falta de opção). Esta “liberdade de escolha”, expressa muitas vezes pelos próprios pais, é um valor que passa a orientar a atitude dos jovens e a elaboração de suas estratégias profissionais. Estabelecem-se, então, as condições para a construção de um projeto modernizador, individualizante, centrado nas escolhas individuais. Abre-se espaço também para a expressão de conflitos familiares, até então latentes, que passam a ser objeto de negociação no interior do grupo familiar.

Encontramos aí a origem de um dos grandes problemas que atingem a exploração familiar: a falta de sucessor para o chefe da unidade. Esta tendência tem sido mais grave quanto mais precárias são as condições de produção da propriedade (Abramovay, 1998). Se medidas de estímulo à permanência da população jovem no campo não forem tomadas, correremos o risco de nossos campos virarem, à imagem de países europeus, um grande asilo de aposentados.<sup>12</sup> Na França, onde esse fenômeno já atingiu proporções bem mais preocupantes, e há mais tempo, o governo vem elaborando políticas de apoio à instalação de jovens agricultores e, sobretudo, favorecido a ampliação de projetos de desenvolvimento local sustentado na diversificação das atividades econômicas e na articulação intersetorial, como é o caso do recentemente instalado “Contrato Territorial de Exploração”.

No entanto, o movimento de esvaziamento do campo no Brasil, na atual conjuntura, não parece ser unidirecional nem linear nas suas idealizações. Pesquisa realizada entre jovens de localidades rurais dos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul<sup>13</sup> revelou uma complexidade nas características desse êxodo que merece ser menci-

onada. A intensificação da comunicação entre a cidade e o campo, facilitando o acesso a bens e valores urbanos, somada ao desemprego e ao aumento da violência nos grandes centros urbanos, acabou por produzir uma situação em que a vida na cidade deixa de ser tão atraente como há 20 anos. Há de se levar em conta também que as dificuldades enfrentadas nos centros urbanos por um jovem de origem rural são bem maiores, tanto em termos de competição por um lugar no mercado de trabalho, como em termos dos arranjos para a sobrevivência. Cientes dessa realidade, os jovens rurais passam a reconhecer as vantagens de morarem no campo, mas desde que lhes seja garantido o acesso a um conjunto de bens, simbólicos e materiais, semelhantes aos disponíveis nos centros urbanos: principalmente, lazer, estudo e trabalho.

O desejo de romper com o estilo de vida rural é também neutralizado, em algumas situações, pela valorização urbana da vida no campo, sobretudo em locais de forte vocação turística. Mas a permanência no campo não pressupõe mais assumir a atividade agrícola e, nesse sentido, ela será tão mais freqüente quanto maiores forem as alternativas de trabalho e de sociabilidade nas localidades rurais. Esse movimento, ainda em fase embrionária em algumas regiões, aponta para uma mudança radical nas condições de continuidade da agricultura familiar: a ruptura na associação entre terra-família-agricultura. A terra deixando, aos poucos, de ser meio de produção para se transformar em um bem de consumo passa a ocupar outro lugar nas preocupações e nos projetos da juventude rural de origem agrícola, podendo tanto ser utilizada como capital inicial de outros investimentos quanto ser base para exploração de serviços turísticos.

É possível que, se forem dadas aos jovens as condições para o desenvolvimento de atividades alternativas à agricultura e ampliadas e melhoradas as condições de acesso aos bens (materiais e simbólicos) por eles valorizados, a vida no campo passe a oferecer alternativas bem mais atraentes. Nesta direção apontam as justificativas e idealizações sobre a permanência ou não na atividade agrícola e os projetos para o futuro apresentados pelos jovens. A valorização da atividade agrícola, quando existe, é acompanhada pelo desejo de nela permanecer, desde que as condições de trabalho não sejam mais tão desgastantes e sem retorno financeiro como têm sido.

Enfim, cabe lembrar que as perspectivas de vida que se apresentam à população rural na sociedade contemporânea estão diretamente associadas à intensificação da comunicação entre universos culturais distintos, num contexto de diluição das fronteiras entre o “urbano” e o “rural”. No entanto, as possibilidades de explorar outras fontes de rendimentos não são independentes dos saberes acumulados socialmente e da extensão das redes de relações sociais que, cada vez mais, se ampliam para além dos limites físicos das localidades.

A título de ilustração do que acabamos de descrever, cabe mencionar um exemplo ocorrido na região dos Alpes franceses.



Como consequência da crise da superprodução de leite e da política de desestímulo a essa atividade, vários agricultores se viram ameaçados de perder a sua função social e econômica. Em um movimento de resistência às políticas que estimulavam o encerramento das unidades produtivas consideradas "inviáveis" e de rejeição à sua transformação em "jardineiros da natureza", esses produtores foram levados a diversificar suas fontes de renda, motivados em grande parte pelo turismo, que não só ampliou o mercado de trabalho, sobretudo para os jovens, como também estimulou a mercantilização de produtos "da fazenda".

Neste contexto, um grupo das esposas desses pequenos pecuaristas criou uma associação voltada para a produção de um tipo de queijo que já havia deixado de ser produzido nas montanhas. Dos mais velhos, resgataram a antiga receita do queijo, que passou a ser vendido com o rótulo de "natural" e de "receita tradicional". Com a permissão do governo, passaram a utilizar a produção de leite que excedia a cota de suas fazendas e, assim, criaram um sistema de produção coletivo envolvendo uma rede de mulheres e incluindo até mesmo um fabricante de queijo de uma cidade vizinha, finalizando com a comercialização do produto nas estações de esquí e em lojas de "produtos naturais". Além de contribuir para aumentar a renda familiar, essa atividade estimulou o convívio social entre os vizinhos, fortaleceu os laços de solidariedade local e reforçou o sentimento de pertencimento à aldeia, contribuindo, assim, para a permanência da população no campo e para a manutenção da atividade agrícola.

Em uma outra localidade, na região serrana do Rio de Janeiro, a expansão da exploração turística abriu novas possibilidades de trabalho para o conjunto da mão-de-obra familiar – como pedreiro, jardineiro, caseiro, garçom, cozinheira, empregada doméstica etc. –, o que contribui para o aumento da renda e para uma visível melhoria das condições de vida de parte da população rural.<sup>14</sup> Uma das consequências observadas é a tendência à diminuição do ritmo da migração dos jovens para as grandes cidades, na medida em que as condições no campo tornaram-se mais atraentes, devido à possibilidade de um salário, de benefícios sociais garantidos com a carteira assinada e de diversificação de fontes de renda.

Como expressão desse novo movimento, a residência "modernizada" passa a ser o símbolo da nova condição social, tomando mais importância que anteriormente, quando a atividade agrícola era a fonte exclusiva de renda. Assim, a casa vai, pouco a pouco, transformando-se e assumindo características definidas como "urbanas", num processo longo, e talvez interminável, de reformas. Externamente, a antena parabólica e a fachada azulejada com esquadrias de alumínio são as marcas de distinção que sugerem a adoção dos novos padrões. Internamente, o conjunto de estofados, os móveis da sala de jantar e os aparelhos eletrodomésticos complementam a distinção para aqueles que "melhoraram de vida".

Porém, do outro lado do mesmo processo, a agricultura se revela cada mais como incapaz de manter os membros da família, perdendo para as atividades não-agrícolas, melhor remuneradas. Informados por essa avaliação, pequenos proprietários sem condições de investir em alternativas mais rentáveis são levados a vender suas propriedades, que são transformadas em sítios de lazer, e a se assalariarem nas funções de jardineiro ou de caseiro, muitas vezes na sua ex-propriedade.

### Conclusão

No que nos interessa particularmente nesta apresentação, caberia enfatizar que o significado das atividades não-agrícolas deverá ser buscado na posição que elas ocupam no conjunto das estratégias familiares de reprodução social e, sobretudo, no contexto socioeconômico em que se inserem.

Nesse sentido, não podemos falar das atividades não-agrícolas como um fenômeno único e homogêneo, da mesma maneira que seria inadequado se referir ao pluriativo como uma nova categoria social no meio rural. Existem diferentes possibilidades de se associar a atividade não-agrícola no interior da unidade familiar agrícola que implicam uma diversidade de significados para a reprodução social da família. A pluriatividade, nesta perspectiva, é uma noção que designa um processo social plural, o que significa reconhecer processos pluriativos incorporadores de atividades não-agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar. Esta percepção da pluriatividade como um processo social nos capacita a perceber a coexistência de processos sociais distintos, e até mesmo contraditórios, definidos pelo *campo de possibilidade* de realização dos projetos familiares. Por *campo de possibilidade* entende-se o espaço para formulação e implementação de projetos, no caso, definido pela combinação das condições socioeconômicas e fatores peculiares às unidades familiares, tais como o capital cultural, o capital material, a fase do desenvolvimento do grupo doméstico, composição etária e sexual dos membros da unidade familiar e posição dos indivíduos que desenvolvem a atividade não agrícola na hierarquia familiar.

Nesses termos, falar em agricultura familiar na atual conjuntura requer incorporar a complexidade das relações sociais que definem e redefinem a família. Nesta perspectiva, torna-se necessário redefinir também o universo de observação, privilegiando-se a família como unidade social e não apenas como unidade de produção, como normalmente tem sido considerada quando o assunto é a agricultura familiar.

### Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo; CAMARANO, A. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. Manuscrito apresentado na XXI Reunião Anual da Anpocs, Caxambu, 1998.

- ABRAMOVAY, Ricardo (coord.). *Juventude e Agricultura Familiar*; desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.
- DEERE, C.D.; LEÁN, M. *Gênero, Propiedad e Empoderamiento*: Tierra, Estado y Mercado en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo Ed., 2000.
- CARNEIRO, Maria José. *Camponeses Agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- . O ideal urbano: relação campo-cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (orgs.) *Mundo Rural e Política*: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.
- GALAN, Beatriz, B. *Aspectos jurídicos en el acceso de la mujer rural a la tierra en Cuba, Honduras, Nicaragua y Republica Dominicana*. Roma: FAO, 1998.
- GODELIER, Maurice. *L'idéal et le matériel*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1984.
- LAMARCHE, Hugues (org.). *A agricultura familiar*; comparação internacional. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- MOREIRA, Roberto José. Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (orgs.) *Para pensar Outra Agricultura*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.
- . Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, n. 8, abril 1997.
- NEVES, Delma. Agricultura familiar, artimanhas da classificação. *A Margem. Revista de Ciências Humanas*. Ano 1, n. 3, Niterói, 1993.
- TEIXEIRA, Vanessa. Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1998.

### Notas

- <sup>1</sup> Artigo publicado originalmente em *Oficina de atualização temática*, 2000, Londrina. Ocupações Rurais Não-Agrícolas (ORNAs), 2000, v. 1, p. 153-164.
- <sup>2</sup> Estou utilizando a expressão extra-agrícola no sentido de caracterizar uma atividade exercida fora dos limites da unidade de produção familiar, podendo ser agrícola ou não.
- <sup>3</sup> A bibliografia sobre esse tema é bastante extensa, cabendo indicar, como ponto de partida, os textos de Neves, 1993; Abramovay, 1992; Moreira, 1997 e 1998; Lamarche, 1993.
- <sup>4</sup> S.J. Yanagisako reconhece a organização social e a unidade de produção como duas esferas sociais independentes no interior da unidade familiar que obedecem a princípios de organização distintos (Family and household. The analysis of domestic groups. *Am. Rev. Anthropol*, p. 161-205, 1979).
- <sup>5</sup> A bibliografia sobre esse assunto é extensa; destacaria Salitot; G. Augustins e R. Bonnain; P. Lamaison e E. Claverie; G. Ravis-Giordani, entre outros.

- <sup>6</sup> Para uma análise da situação francesa, ver Caniou, J. *Agricultrices: nouveaux droits, nouvelle négation professionnelle*. Trabalho apresentado na mesa-redonda "Rapports sociaux de sexe: problématiques, méthodologies, champs d'anlyse". CNRS, IRESO, Paris, novembro, 1987.
- <sup>7</sup> Galan, Beatriz, B. Aspectos jurídicos en el acceso de la mujer rural a la tierra en Cuba, Honduras, Nicaragua y Republica Dominicana. Roma: FAO, 1998. Ver, também, "The Beijing Declaration and Platform for Action", Beijing, 1995.
- <sup>8</sup> Cf. Deere, C.D. e León, M. *Gênero, Propiedad e Empoderamiento*: Tierra, Estado y Mercado en América Latina, Bogotá: Tercer Mundo Ed., 2000.
- <sup>9</sup> Abramovay, R (coord.) e outros. *Juventude e Agricultura Familiar*: desafios dos novos padrões sucessórios. Unesco/FAO, 1998.
- <sup>10</sup> Cf. Carneiro, M.J. *Camponeses, Agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa, 1998.
- <sup>11</sup> Esse fenômeno que começa a ser observado, recentemente, em algumas regiões do Brasil, como o oeste catarinense, é antigo na França. Bourdieu já havia se ocupado dele na década de 1960 (Cf. Bourdieu, P. Célibat et condition paysanne. *Revue Etudes Rurales*, 1962).
- <sup>12</sup> Em pesquisa realizada pelo Deser no sudoeste do Paraná, constatou-se que, em 28 municípios, metade dos chefes de estabelecimentos entrevistados tem mais de 45 anos e apenas 18% menos de 35 anos; na pesquisa realizada no oeste catarinense, esses dados são mais contundentes: 56,60% dos entrevistados tinham mais de 45 anos e apenas 11,32% menos de 35 anos, o que, em termos da configuração de nossa pirâmide etária, assume relevância ainda maior em comparação com o mesmo fenômeno na França.
- <sup>13</sup> Cf. Carneiro, M.J. *O ideal urbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Teixeira da Silva, F.C., Santos, R., Costa, L.F.C. (orgs.). *Mundo Rural e Política*: ensaios interdisciplinares, R.J., Ed. Campus, 1998.
- <sup>14</sup> Cf. Teixeira, V.L. Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, UFRRJ/CPDA, 1998.